

Urbanismo, cultura e globalização em Portugal: modelos analíticos e de desenvolvimento territorial¹

Urbanism, culture and globalization in Portugal: analytical and territorial development Models

Paulo Castro Seixas

Doutor em Antropologia (Antropologia Urbana), Universidade de Santiago de Compostela, professor associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa - Portugal, e-mail: pseixas@iscsp.utl.pt

Resumo

As cidades têm sido concebidas como actores chave face aos processos globais desde o último quarto do século XX. Neste quadro, é fundamental perceber-se os diferentes modelos que as cidades utilizam para responder aos desafios globais. O artigo analisa o estado da arte em Portugal na relação entre cidade e globalização nos últimos 25 anos, no âmbito das ciências sociais e sua relação com as políticas públicas. São caracterizados quatro modelos analíticos e de desenvolvimento territorial que respondem aos desafios globais: o da Metrópole, o da Metropolização, o da Intermediação Sócio-Cultural e o da Criatividade Urbana. Propõe-se, em função de tal síntese, uma visão multinível e sua importância no desencadear de novas políticas públicas urbanas e territoriais.

Palavras-chave: Cidades. Globalização. As políticas urbanas. Estudos urbanos.

Abstract

Cities have been viewed as key actors in relation to global processes since the last quarter of the twentieth century. In this context, it is essential to understand the different models that cities use to respond to global challenges. The article presents the state of the art regarding social sciences outputs on city and globalization in the last 25 years in Portugal and its relationship to public policy. Four territorial analytical and policy models to respond to global challenges are characterized: the metropolis; the metropolitanization; the socio-cultural intermediation and the urban creativity. It is proposed on the basis of such a synthesis, a multilevel vision and its importance in triggering new urban and territorial policies.

Keywords: *Cities. Globalization. Urban policies. Urban studies.*

¹ Este texto foi escrito a partir da Lição em Provas de Agregação, realizadas em maio de 2010 no ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Será mantida a grafia original do texto.



Introdução

Este texto apresenta uma revisão da literatura centrada na relação entre análise e intervenção urbanas e territoriais e globalização em Portugal nos últimos 25 anos (desde 1985 do século passado²). A (inter)dependência global alterou substancialmente o quadro no qual as políticas públicas urbanas e territoriais se constroem e se implementam, sendo no entanto necessária uma certa distância temporal para a consciência de tal interdependência e a compreensão dos diferentes tipos de modelos de análise e intervenção urbana e territorial que estão na base das políticas públicas. O objectivo deste artigo é, exactamente, fazer um ponto da situação face às análises e intervenções urbanas e territoriais em Portugal decorrentes de uma consciência em mudança relativamente aos desafios da (inter)dependência global ou 'globalização'. A metodologia seguida foi a da revisão bibliográfica e documental, centrada na produção científica das Ciências Sociais na sua relação com o urbano e o territorial, tendo-se tido como critério central, na análise das publicações/documentos, a referência a um quadro transnacional. Ainda que se não tivesse recorrido a uma análise métrica, a Geografia e a Sociologia são as ciências que proporcionaram maior produção em termos de análise e propostas de intervenção, tendo a Antropologia ou a Ciência Política e a produção de documentos programáticos menor evidência produtiva. A análise de conteúdo efectuada de todo o acervo bibliográfico e documental levou à identificação de universos conceptuais específicos, os quais depois de agregados, em função de uma procura de coerência, possibilitou a categorização em grandes modelos de análise e intervenção. Atingiram-se quatro modelos de análise e intervenção urbana e territorial em Portugal, num quadro de globalização, a saber: o da Metrópole, o da Metropolização, o da Intermediação Sócio-Cultural e o da Criatividade. A síntese que estes quatro modelos nos possibilita, apresentada neste artigo, é também um ponto da situação face às políticas públicas urbanas e territoriais, permitindo-nos reflectir sobre os constrangimentos e oportunidades de cada modelo, assim como sobre as estratégias a desencadear para um mais consciente planeamento e implementação das políticas públicas urbanas e territoriais no novo

quadro de (inter)dependência global em que vivemos. Esta síntese e a consciência acrescida que ela pode possibilitar, utilizando o caso português como *case-study*, poderá, estamos certos, ver tais modelos reflectidos na experiência de outros países, uma vez que os próprios modelos de análise e intervenção decorrem da experiência da transnacionalização.

A consciência possível

É apenas em meados da década de 80 que a 'globalização' começa a ser um conceito usado, remetendo, antes de mais, para uma internacionalização ou mundialização da economia, e adquirindo depois uma diversidade de significados:

- a) a hegemonia e homogeneização dos valores liberais;
- b) uma nova época histórica;
- c) um fenómeno de compressão do espaço tempo;
- d) uma terceira revolução tecnológica;
- e) um fenómeno sócio-económico, etc.

Quanto à relação entre processos globais e urbanismo é, ao mesmo tempo, muito antiga e muito recente. Muito antiga porque a cidade sempre foi a tradução possível do mundo (veja-se o mito de Babel) e, nos seus graus mais elevados, da cidade-estado à cidade imperial e à cidade global, a cidade ambicionou sempre estruturar ou estruturou mesmo o próprio mundo. No entanto, num tempo pluralizado pelas globalizações, a reflexão sobre as relações entre os processos globais e o urbanismo implicam novos quadros de análise. A 'globalização' faz-se sentir no período da história da humanidade em que o crescimento da população mundial é mais rápido, em que se dá o maior êxodo rural de sempre e em que a população urbana atinge mais de 50% da população mundial.

Em Portugal a reflexividade da globalização no mundo urbano evidencia-se nos mais diversos campos e regimes textuais, imagéticos e discursivos, sendo talvez de relevar quatro imaginários:

- a) o das ciências sociais;
- b) o das políticas públicas, quer portuguesas, quer da União Europeia;

² Em 1º de Janeiro de 1986, Portugal aderiu à CEE.

- c) o do marketing na construção de Portugal como marca;
- d) o das artes, novelísticas, pictóricas, dramáticas, filmicas, etc. Estes imaginários, ao constituírem-se como a reflexividade da globalização, são também a consciência possível acerca daquela.

Neste texto centrar-nos-emos apenas na reflexividade da produção das Ciências Sociais em Portugal, e, especificamente, nas relações com o urbano sendo, no entanto, importante referir os demais imaginários que com este, de uma ou de outra forma, acabam por dialogar.³

No quadro das Ciências Sociais, os processos globais influenciaram (e influenciam) a divisão do trabalho científico implicando mudanças no próprio objecto de estudo que as cidades eram para a Geografia, a Sociologia ou a Antropologia. Em 1992 afirmava-se já que era necessário passar de uma escala da cidade à metrópole; do urbano ao território; da Sociologia Urbana à Sociologia do Território; da perspectiva analítica à prospectiva (FERREIRA, 1992). A transição da escala da cidade para a do território e da mono para a interdisciplinaridade dos anos 80 para os 90 foi clara nos centros de investigação nesta área. É o caso do do Centro de Estudos Territoriais (CET) do ISCTE, fundado em 1991 a partir do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NEUT), que tinha surgido em 1980 no âmbito do Centro de Estudos de Sociologia (actualmente Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES). Um outro caso é o do Centro de Estudos Geográficos (CEG), o qual, tendo a sua origem em 1943 com Orlando Ribeiro, evidencia uma transição clara dos anos 80 para os anos 90, com o seu núcleo de estudos urbanos, denominado Urban Studies – Neturb. A adopção de uma categorização plural, seja Estudos Territoriais ou Estudos Urbanos, evidencia a abertura de escala e disciplinar. No entanto, tal passagem para uma escala territorial e interdisciplinar

não é feita num mesmo espaço-tempo. Os estudos teóricos e comparativos que possibilitam quadros de análise são estabelecidos mais por regiões e países centrais, enquanto os países periféricos tendem a seguir tais quadros nos seus trabalhos mais empíricos e de estudo de caso relativos aos seus próprios países (ALATAS, 2003 apud FORTUNA, 2007). A defesa da intensificação da cooperação em ciência, para a tradução e a leitura do Sul científico e para a crioulização científica do mundo, parece-nos certa mas tal não parece poder alterar o facto da produção teórica aceite ser a que provém de sociedades centrais e línguas centrais que elegem temas centrais. Vem isto a propósito da relação temática abrangente entre urbanismo e globalização cuja produção sociológica, no caso português, é escassa. Neste sentido, Portugal é um país do Sul. Porque se nos perguntarmos que teorias temos disponíveis escritas por portugueses para compreender a relação entre urbanismo e globalização, poderá ser difícil responder. No entanto, tal dificuldade pode existir mais em função de uma ausência de síntese teórica das proposições contrastantes que foram sendo feitas ao longo do tempo sobre tal relação do que, propriamente, pela ausência destas.

Este texto procura ser um contributo para a saída de tal situação. Tal implica ter uma consciência da produção portuguesa como produtora de quadros teóricos, possibilitando, assim, não só políticas do território sustentadas por reflexões teóricas portuguesas, mas mesmo a comparação entre tais quadros teóricos com os de diversas outras geografias de produção científica. Interpretando o caminho que se fez ao longo dos últimos 25 anos, procurou-se neste texto compreender as diversas proposições, no quadro amplo das Ciências Sociais, face às relações entre urbanismo e globalização em Portugal, propondo-se uma categorização dessas em quatro modelos de interpretação e acção: o da Metrópole, o da Metropolização, o da Intermediação Sócio-Cultural e o da Criatividade Urbana.

³ Para dar apenas alguns exemplos, no quadro das políticas públicas, para além dos múltiplos programas, é de referir dois momentos-chave na construção de novas fronteiras territoriais e identidades: o documento da Comunidade Europeia Practical Guide to Cross-Border Cooperation (2000), assim como o PNPOT- Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território (2007). No quadro da construção de Portugal como marca, as campanhas do ICEP ('take a break from the rest of the world') e a de BBDO (Europe West Coast) por exemplo evidenciaram a problemática da 'posição' de Portugal entre o 'resto do mundo', o 'Sul' e a 'Costa Oeste'. Finalmente, no quadro das artes, e, por exemplo, no caso das narrativas vale a pena referir três romances que constroem imaginários territoriais muito diferentes: 'Jangada de Pedra' (1986) de José Saramago, 'Euronovela' (1998) de Miguel Vale de Almeida e 'Destino Turístico' (2008) de Rui Zink. Ou ainda, nas artes plásticas, trabalhos de Leonel Moura e de Joana Vasconcelos entre outros tendo como referência Portugal.

Metrópole, Metropolização, Intermediação Sócio-Cultural e Criatividade Urbana

Propomos que a reflexividade sobre a relação entre urbanismo e globalização em Portugal ao longo dos últimos 25 anos pode ser compreendida em função de quatro modelos, englobando cada um deles propostas conceptuais muitas diversas. Não obstante o facto de, em cada momento histórico de tal reflexividade, os conceitos surgidos terem sido entendidos como contrapostos e legitimando mesmo intervenções territoriais diferenciadas, é possível à distância do tempo concebermos tais propostas conceptuais como fazendo parte dos mesmos modelos em construção. Os quatro grandes modelos propostos, o da Metrópole, o da Metropolização, o da Intermediação Sócio-Cultural e o da Criatividade Urbana, constituem não só perspectivas (como um olhar geral sobre uma paisagem em construção), mas mesmo quadros de intervenção no âmbito da relação entre urbanismo e globalização em Portugal.

A focalização na Metrópole foi a primeira e centrou-se em conceitos como o de metrópole (FERREIRA, 1986a, b, 1997); cidade primacial (BAPTISTA, 1994; GAMA, 1993); urbanismo difuso (GAMA, 1993; GASPAR, 1987; FAUP, 2002) e polarização limite (FERRÃO, 1997). A focalização na Metropolização seguiu-se-lhe, com conceitos como os de metropolização (FERREIRA, 1992; BRITO, 1997; SEIXAS, 1999) ou região urbana (FERRÃO, 2007), estabelecendo alguma relação com o desenvolvimento local (FERRÃO, 2000; SILVA, 2000). Depois, a focalização na Intermediação Sócio-Cultural, com conceitos como os de destradicionalização (FORTUNA, 1997, 2006), formatação cultural (FERREIRA, 2002b), oportunidades mobilizadoras (FERREIRA, 2007), redesenvolvimento das cidades (FORTUNA; SILVA, 2001), zonas e profissionais de Intermediação Sócio-Cultural (FERREIRA, 2009; FORTUNA; SILVA, 2001). Por fim, a focalização na Criatividade Urbana centra-se, exactamente, nos lugares da criatividade urbana e espaços e processo

da criatividade urbana (COSTA; SEIXAS; OLIVEIRA, 2009; SEIXAS; COSTA, 2008). Procuraremos, nas páginas seguintes, caracterizar cada uma destas perspectivas em função das quais as Ciências Sociais em Portugal foram traduzindo a globalização nas suas relações com o urbanismo.

O modelo da Metrópole

A primeira revelação, implicando também alguma ocultação, da relação entre globalização e urbanismo em Portugal dá-se pela (re)introdução da noção de Metrópole. De facto, *metrópole* significava, no tempo colonial, o território português europeu em relação às 'províncias ultramarinas', como então se chamavam. O fim da colonização fez com que o termo *metrópole* passasse a ser sinónimo (ainda que não tivesse um uso generalizado) da cidade de Lisboa. Lisboa passou "de capital do Império a centro da Metrópole" (FERREIRA, 1986b), mantendo a sua centralidade histórica e, mesmo, enfatizando-a, como compensação da perda territorial sofrida. Falar de Lisboa como 'Centro da Metrópole' ou mesmo como 'metrópole' remete para uma consciência de uma determinada globalização, a da primeira globalização, cujo símbolo máximo terá sido o Tratado de Tordesilhas, dividindo o Mundo entre dois países com duas cidades-mundo (Lisboa e Sevilha), ou seja, o mundo colonial. Esta revelação de Lisboa como Metrópole é também, assim, a consciência de uma perda, a qual se procurará superar. No limiar da Expo'98⁴ – de certo modo um marco de desluto colonial ao passar-se da denominação 'Mercado do Oriente' e da celebração da chegada de Vasco da Gama à Índia para a celebração universalista e futurista dos Oceanos – Vitor Matias Ferreira (1997) no artigo "A Expo'98 e a metrópole de Lisboa" apresenta ainda Lisboa como a cidade-metrópole, centro de um território metropolitano, centro do país. Assim, em vários textos 'metrópole' surge como sinónimo quer do país, quer da sua capital, Lisboa, sendo esta uma metonímia daquele.

⁴ A Expo'98 ou Exposição Internacional de Lisboa de 1998, realizou-se entre 22 de maio e 30 de setembro de desse ano. A parte oriental da cidade, escolhida para acolher o evento, era uma zona de estaleiros com contentores, uma zona de depósitos de combustíveis e uma zona periurbana pouco valorizada. A Expo'98 realizou uma intervenção integrada, cultural, social, arquitectónica e urbanística, teve mais de 10 milhões de visitantes (a população portuguesa) e foi considerada pela BIE (Bureau International des Expositions) como a melhor exposição de sempre. A exposição serviu para a reconversão urbana completa de uma vasta zona (330 hectares com 5 km de frente ribeirinha) que se tornou no actual 'Parque das Nações', uma nova centralidade em Lisboa de elevada qualidade de vida. Alguns trabalhos têm sido feitos sobre este novo espaço urbano (por exemplo, GATO, 2009).

A focalização na *primacialidade* de Lisboa é uma derivação desta ideologia. Diversos autores descreveram o carácter de cidade primacial de Lisboa face ao resto do país. Luís Vicente Baptista (1994) refere a excepcionalidade demográfica de Lisboa em 127 anos de Censos em relação ao conjunto da população e Álvaro Silva (1997) refere a relação primacial da maior cidade com o conjunto do sistema urbano.⁵ É, no entanto, António Gama (1993) que estabelece uma relação entre a primacialidade de Lisboa no sistema urbano e a globalização ao afirmar que o Modelo Primacial se associa à periferia do sistema mundo ou/e a países que foram centros de Impérios. A década de 2000 evidenciou mudanças no sistema urbano português com consequências para o indicador da Primacialidade. De facto, com o Censo de 2001 deixa de se poder falar em primacialidade urbana *stricto sensu*,⁶ ainda que se possa falar de macrocefalia de Lisboa (não já no sentido demográfico) *versus* uma satelização nacional – em função da possibilidade de um ‘cenário de médio prazo’ de ‘Neocentrismo’ (FERRÃO; MARQUES, 2003) ou, substituindo a comparação entre cidades por uma comparação entre áreas metropolitanas, se possa aplicar de novo o conceito de primacialidade,⁷ ou referindo-se, ainda, à bipolarização-macrocefalia das áreas metropolitanas (VALENTE, 2004).

Uma outra visão da relação entre urbanismo e globalização no quadro do modelo da MetrÓpole, construída no início da década de 90, centra-se no conceito de *urbanismo difuso*. Jorge Gaspar (1987) caracteriza dois grandes tipos de urbanização em Portugal: a urbanização com concentração e a urbanização difusa (Quadro 1). Assim, o urbanismo difuso é a contraparte da MetrÓpole ou da primacialidade. É neste sentido que o conceito de urbanização difusa serve a explicação da relação entre urbanismo e globalização segundo o modelo da MetrÓpole. A urbanização difusa pode ser o resultado da urbanização *in situ* ou da

contraurbanização e pode ser de tipo metropolitano ou não metropolitano. É, no entanto, mais uma vez António Gama que procura fazer uma relação entre a urbanização difusa e os processos mais globais, afirmando que tal urbanização é a evidência da situação semiperiférica e de dependência do centro em que Portugal se encontra em termos históricos. Gama parte de um quadro de diferenças entre urbanização nos países do Centro e urbanização nos países da Periferia (GAMA, 1993, p. 443-444):

Quadro 1 - Tipos de urbanização no Centro e na Periferia

Centro	Periferia
Urbanização antiga	Sobre-urbanização recente
Taxas altas de urbanização	Taxas baixas de urbanização
Curvas de ordem-tamanho log-normais	Estrutura primacial da rede urbana
Urbanização como desenvolvimento	Urbanização como dependência

Fonte: Dados da pesquisa.

A urbanização difusa é, assim, função de uma determinada relação capital/trabalho que nos coloca na semiperiferia, enfatizada pela situação pós-colonial (GAMA, 1993). No entanto, e para além do urbanismo difuso ser explicado em função de uma determinada situação portuguesa no sistema mundo, Gama considera que a urbanização *in situ* é uma singularidade portuguesa, não tanto explicável por factores globais mas mais pela evidência da importância social da *comunidade local*. Esta teoria da urbanização difusa acabou por ser adoptada posteriormente por outros autores vários. Foi o caso de Fernandes de Sá, Álvaro Domingues, Nuno Portas e outros que trabalharam a urbanização difusa no Noroeste Peninsular, propondo mesmo o conceito de *cidade difusa*,

⁵ O conceito de *primacialidade* é, assim, usado com diferentes aceções, de forma mais generalista como um ratio entre a população da maior cidade face à população do país e, de forma específica, como quando o ratio entre a população residente da primeira cidade face à população residente da segunda maior cidade é igual ou superior a 2.

⁶ No Censo de 1991, Loures – uma cidade da Área Metropolitana de Lisboa, com 322 mil habitantes – tinha ultrapassado em população a cidade do Porto (302 mil). No entanto, Lisboa (com 663.034) mantinha a primacialidade. Mas em 2001, Lisboa tem 564.657 habitantes, Sintra (não sendo cidade) passa a estar em segundo lugar, com 363.749, Vila Nova de Gaia em terceiro, com 288.749 e o Porto em quarto, com 263.131.

⁷ Curiosamente, a relação entre a região correspondente às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto entre 1950 e 1970 não implicavam uma primacialidade da primeira. No entanto, o Censo de 1981, 1991 e 2001 denotam tal primacialidade, ou seja, a Área Metropolitana de Lisboa tem mais do dobro de população residente que a Área Metropolitana do Porto (FERRÃO; MARQUES, 2003, p. 61).

o qual nos coloca já num outro momento e que abordaremos no modelo seguinte.

Uma última focalização, no âmbito do modelo da Metrópole, mas que apresenta já uma transição clara e abertura ao modelo seguinte, evidencia-se em função da noção de *polarização limite* (FERRÃO, 1997). Ferrão enquadra o problema que pretende tratar (rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento?) logo à partida em função de um quadro global. Ferrão considera que a globalização causou um aumento da especialização e da mobilidade e que tal implicou, em termos territoriais e urbanos, uma remetropolização e polarização. Diz ainda que a mudança territorial e urbana evidencia dois modelos de sistemas urbanos – o modelo da hierarquia funcional por um lado, e o modelo de rede por outro –, e este é o grande contributo de Ferrão, ao afastar-se de uma análise meramente centro-periferia, como fez Gama. E a proposta de Ferrão, em termos de gestão e política territorial, é a de conjugação dos dois modelos. Ou seja, o desafio é o de gerir o sistema urbano português no máximo de vantagens sociais da equidade e no máximo das vantagens económicas da polarização.

Em resumo, o modelo da Metrópole baseia-se na descrição e análise dos sistemas urbanos segundo a valorização da hierarquia funcionalista (demográfica e económica) e, portanto, do centralismo. Quer os trabalhos histórico-demográficos tendo como âmbito o país, quer os trabalhos mais comparativos acabam sempre por justificar um modelo territorial e urbano hierárquico funcionalista de base demográfica e económica. A identificação da urbanização difusa e a sua caracterização como ‘singularidade portuguesa’, associada à ‘importância da comunidade local’, é a contraparte etnográfica-folclorista que confirma a importância da concentração urbana, principalmente no quadro de competição global e, por isso, a defesa de tal estratégia como política pública.

O modelo da Metropolização

Se é verdade que Matias Ferreira já em 1986 tinha referido a importância da passagem da escala analítica de cidade e de urbano à escala do território e, portanto, a metropolização estava já aqui delineada como território de análise e de intervenção, a verdade também é que tal empreendimento nunca

se deu senão em relação a Lisboa. Ferreira (1986a, p. 37) afirma:

Como veremos melhor, seguidamente, a abordagem diacrónica será, então, desenvolvida em condições de maior «proximidade» da realidade visada, isto é, em relação ao caso que tem vindo a ilustrar a presente formulação conceptual, através da concretização analítica do **processo de metropolização** do território, estruturado e diferenciado em função do «centro urbano» da Metrópole de Lisboa.

Tal centralidade das Ciências Sociais na análise da capital levava a uma identificação entre Metrópole e Metropolização, servindo a análise do território apenas para reforçar o modelo da Metrópole e não desenvolvendo, de facto, a proposta epistemológica e metodológica de Matias Ferreira. Assim, foi preciso esperar-se pelo final dos anos 90 para que o modelo da Metropolização começasse a desenhar-se.

Em 1997, o texto de João Ferrão já referido inaugura o tema da *rede*, como metodologia de análise e desenvolvimento territorial, face à hierarquia, enquanto tema até então dominante. No mesmo ano, Soeiro de Brito (BRITO, 1997, p. 228) analisa a influência da globalização na mudança territorial e urbana. Especificamente refere que a mudança na “fisionomia interna das cidades”, na “sua articulação no sistema urbano” e na sua articulação “no sistema regional” são consequência da globalização da economia, da globalização da divisão do trabalho e da nova economia da informação e dos serviços. Em 1999, o autor deste mesmo texto (SEIXAS, 1999, 2008) analisa a cidade do Porto segundo uma lógica de transição de socioespacialidade urbana para socioespacialidade metropolitana, caracterizando-as como modelos transnacionais. A análise da cidade do Porto numa lógica metropolitana era aceite por muitos com uma certa ironia, tanto mais que a representação cultural ‘O Porto é uma nação’, as formas de relacionamento social entendidas como de proximidade e a periferização política e, ao longo dos anos 90, económica remetiam o Porto para um estatuto de uma certa pequenez (Quadro 2).

Sustentando-se em Gottdiener, Martinotti, Asher e outros, Seixas considera que se está perante uma nova forma de espaço urbano em que a metropolização substitui a urbanização e a região urbana substitui a cidade (SEIXAS, 1999, 2008, p. 56-59).

Quadro 2 - Socioespacialidade urbana e socioespacialidade metropolitana

Socioespacialidade urbana	Socioespacialidade metropolitana
Nó comprimido e contínuo	Região desconcentrada e descontínua
Urbanismo compacto	Urbanismo portátil
Cidade pedestre e de localidades (<i>walking city</i>)	Des-localização auto-mobilizada e de globalidades (<i>car-city</i>)
Cidade habitacional e de trabalhadores	Entrepasto de consumidores
Zonamento económico-social	Zonamento narrativo e temático

Fonte: Dados da pesquisa.

Defende, ainda, que tal transição se relaciona com paradigmas sócio-espaciais e políticas da diferença globais que influenciam as estruturas antropológicas urbanas. No entanto, uma ênfase no modelo da Metrópole e a (consequente) tardia criação do conceito administrativo de Área Metropolitana em Portugal (Lei n. 10/2003 – revogada pelas Leis n. 45/2008 e n. 46/2008 – que possibilita a cristalização das associações de municípios criada pela Lei n. 172/99), assim como a recusa da regionalização, levou a que os conceitos de *cidade região* e *região urbana* na acepção sociológica demorassem a atingir um patamar de conceito analítico. A pesquisa sobre cidade difusa, por um lado (FAUP, 2002), e a pesquisa sobre as regiões metropolitanas (FERRÃO et al., 2002), por outro, evidenciam esta nova perspectiva.

O conceito *cidade difusa* foi usado, em princípio, por Franco Indovina (1990) para a análise da região de Veneto Central, em Itália. Tal como neste texto consideramos que *urbanização difusa* é tão diferente de *cidade difusa* que incluímos em dois modelos de análise e desenvolvimento urbano e territorial, também Indovina refere:

Se anteriormente o adjectivo “difuso” qualificava a urbanização (Urbanização difusa), hoje torna-se necessário encontrar uma nova terminologia e, numa primeira tentativa, definimos esta nova estrutura territorial como Cidade Difusa. Em certo sentido, a “cidade difusa” tem às suas costas a “urbanização difusa” mas os dois fenómenos apresentam-se como completamente distintos, tanto na matriz territorial como no âmbito económico social e constituem estádios distintos de organização do espaço como consequência da reorganização dos processos

sócio-económicos. Encontramo-nos, portanto, perante a manifestação de um novo fenómeno real que reclama alguma nova elaboração conceptual (INDOVINA, 1990, p. 50).

Indovina caracteriza de forma intensiva esta nova forma urbana nas diversas variáveis em jogo (INDOVINA, 1990, p. 58), evidenciando-se que o relatório da FAUP (2002) segue este quadro. No entanto, sublinhando um dos aspectos fulcrais para a nossa argumentação, é de referir a substituição de *conexões verticais*, hierárquicas, típicas de um metrópole e sua influência sobre um território, por *conexões horizontais*, não hierárquicas. Tais conexões horizontais, caracterizando-se por uma *multidirecionalidade de fluxos* é o que identifica a cidade difusa. Indovina frisa, no entanto, que tal situação não coloca o território em autarcia uma vez que ele está conectado hierarquicamente com os territórios mais abrangentes (INDOVINA, 1990, p. 56).

Sá et al. no relatório FAUP (2002, p. 2) apresentam a urbanização difusa como um dos processos (ao lado da suburbanização, da periurbanização, da rururbanização) que leva à transformação dos sistemas urbanos. A relação estabelecida é a de que a urbanização difusa dá lugar à cidade difusa, que esta é predominante em Portugal e que o Noroeste Peninsular é um laboratório por excelência para o seu estudo. Os autores afirmam, então, que um dos processos por meio dos quais se chega à cidade difusa é a urbanização difusa. Pela “urbanização difusa [...] as redes de relação abarcam a totalidade do território e fazem deste território uma cidade” (FAUP, 2002, p. 2). Parece haver uma certa sobreposição entre o conceito de cidade difusa e o de cidade região, concebendo-se que se está perante “uma *nova ordem urbana*, compósita, heterógena, polinucleada, produzida por múltiplos agentes e lógicas, em que cada uma das partes ou elementos (como decorre da teoria dos sistemas) só é discernível a partir de lógicas de estruturação do sistema a que pertence” (FAUP, 2002, p. 8, grifo no original). De facto, apesar do relatório referir cidade difusa no título, o conceito é substituído por *cidade região* a partir das primeiras páginas. De qualquer forma, ainda que não refiram uma relação com a globalização clara, os autores consideram que uma nova forma urbana emerge quer de um como de outro lado do Atlântico (FAUP, 2002, p. 8) e que tal

traduz não só a falência do modelo canónico de cidade ou da metrópole, mas, sobretudo, a necessidade de encontrar novas abordagens teóricas para captar a complexidade e a extensão territorial das conurbações (simultaneamente, resultado e processo) que se vão expandindo geograficamente, compactando-se ou diluindo-se em formas incertas, de limites imprecisos e em contínua transformação (FAUP, 2002, p. 8).

Toda a caracterização, ao longo do trabalho, da ‘cidade região’, e suas conurbações metropolitanas, não metropolitanas e cidades médias, é a demonstração de tais ideias.

Ferrão, Rodrigues e Vala (2002, p. 194) afirmam que “as regiões metropolitanas portuguesas constituem peças chave do processo de inserção internacional do país, tanto numa óptica de contiguidade espacial (Península Ibérica) como em termos de conexão com redes supranacionais de circulação de pessoas, informação, conhecimentos, produtos e serviços”. É tendo em conta este quadro que utilizaram diversas metodologias de forma a ter uma compreensão das ‘regiões metropolitanas’ (do Porto e Lisboa) que ultrapassasse uma visão impressionista, territorialista ou meramente administrativa. Basicamente foram usadas três metodologias: a Nurec (Network on Urban Research in the European Union) desenvolvida por esta rede de investigação em 1994; a Gemaca (Group for European Metropolitan Area Comparative Analysis) desenvolvida em 1996 e a desenvolvida pelo CPSV (Centre de Política de Sol i Valoacions) de Barcelona e que segue de perto critérios dos censos americanos. O que é pertinente neste estudo é a procura de novos mapas que possibilitem uma consciência cognitiva das regiões metropolitanas, as quais são, de facto, espaços de fluxos e vivências. Os autores referem a complexidade das realidades metropolitanas e o facto de qualquer delimitação destas ser sempre arbitrária e tendencial (FERRÃO; RODRIGUES; VALA, 2002, p. 193). No entanto, o facto das regiões metropolitanas serem “peças centrais de qualquer estratégia de desenvolvimento” (FERRÃO, RODRIGUES E VALA, 2002, p. 195), implicando critérios diferentes dos que se usam para delimitar as cidades e as próprias áreas metropolitanas, resulta em novas “geografias cognitivas”. É, assim, para uma nova cognição de regiões que esta obra contribuiu.

Nestas novas regiões cognitivas são relevantes a *rede de cidades médias* e o *desenvolvimento local*, que surgem nos textos de outros autores, vários de facto, os quais procuram articular a importância de tais redes territoriais com os constrangimentos reais e reificados pela perspectiva hegemónica, mesmo quando crítica, da hierarquia funcional internacional. Em relação ao *desenvolvimento local*, José Portela (1998), Cris Gerry (1999) e Manuel Carlos Silva (2000) deram alguns contributos pertinentes. Gerry (1999, p. 7, grifo do autor) contrapõe-se à perspectiva hierárquica e considera que “a realidade da globalização é **muito mais complexa, fragmentada, vacilante, intermitente, parcial e desigual**”. Gerry identifica três conceitos como fundamentais: a fronteira entre espaços globalizados e não globalizados, a cadeia de valor e as estratégias de adaptação local. Manuel Carlos Silva (2000, p. 303) propõe o conceito de *contrapontos* (2000, p. 294), os quais se podem expressar, pelo que entendemos, por “iniciativas locais contra-hegemónicas participadas e decididas a partir de baixo, quer a nível das pequenas e médias cidades, quer a nível das zonas rurais”. João Ferrão (2000) faz, de certo modo, um ponto da situação entre a defesa de iniciativas do “desenvolvimento local” que procuram a criação nos mundos rurais de ‘territórios inteligentes’ e de “cadeias de valor” “a partir de baixo” e os constrangimentos do ‘centro’ ou do ‘alto’. Ferrão afirma que “o futuro dos ‘mundos rurais’ decide-se, no essencial, em sede urbana”, sendo, assim, necessário estimular a representação de “bio-região” e de “região cognitiva” como rede capaz de se articular em torno de uma cidade grande para ser capaz de uma promoção face a mercados abrangentes (FERRÃO, 2000, p. 49-52).

Mais recentemente, já na década de 2000, a criação dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça – AECT (UNIÃO EUROPEIA, 2006) evidencia o caminho que a lógica das redes está a tomar (MEDEIROS, 2010). A partir do modelo da primeira *Euroregio*, criada em 1958 na fronteira entre a Alemanha e a Holanda, os AECT constituem-se como redes cada vez mais abrangentes para criarem escala, quer para a sustentabilidade interna, quer para adquirir vantagens competitivas na relação externa, deixando as noções de *interno* e *externo* de coincidir com fronteiras dos Estados, ainda que as sedes desses AECT num Estado ou noutra não seja dispendiosa e de ignorar. De facto, o caminho dos AECT

parece ser o de colocar em causa a lógica económica hierárquica, de tipo estrutural, em função da escala ganha pela concretização de redes urbanas e territoriais transestatais. De certo modo, a mesma lógica que impulsionou a CEE e a sua continuação em UE, ou seja, através da 'rede' ganhar dimensão para adquirir um lugar na hierarquia. Esta perspectiva evidencia como relações sócio-políticas e institucionais, em rede, bem sucedidas podem fazer a diferença nas hierarquias materiais e económicas tidas como seguras.⁸ Nesta nova lógica urbano-territorial de desenvolvimento de redes, a não concretização da regionalização em Portugal⁹ e a subsequente incipiência das próprias regiões urbanas (a função limitada das Comissões de Coordenação Regional e a governação das Áreas Metropolitanas que só surgiu com a Lei 46/2008) levou a que nas AECT o papel de Espanha seja, de facto, mais activo. Não deixa de ser interessante comparar o mapa de metropolizações nacionais, identificadas no PNPT, e o mapa correspondente à área de AECTS, metropolizações transnacionais, e como cada um parece o negativo do outro (Figuras 1 e 2).

Resumindo este segundo modelo, um primeiro aspecto fundamental é que a passagem de um modelo de Metrópole para um modelo de Metropolização possibilitou a entrada na análise de investigadores com sede noutros pontos do país e que podiam, agora, ter uma perspectiva do desenvolvimento territorial e urbano que não passava apenas por Lisboa. É em função disso que temos produção de investigadores de universidades do Porto, do Minho e de Trás-os-Montes, ou seja, uma pluralidade de visões acerca do urbano e territorial. O que se evidencia no modelo da Metropolização face ao da Metrópole é, antes de mais, uma complexificação em que à hierarquia funcional (de base económica e demográfica) se acrescenta e sobrepõe (sem se substituir) um sistema de redes de construção sócio-política mais do que meramente administrativa.

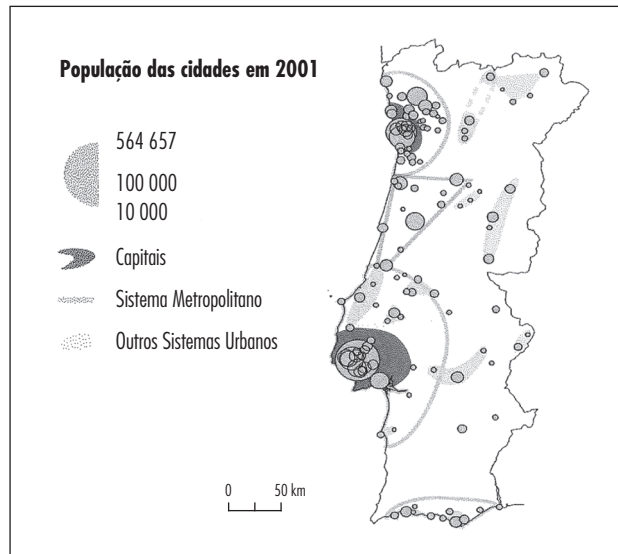


Figura 1 - O Sistema Urbano Nacional segundo o PNOPT

Fonte: DGOTDU, 2007.



Figura 2 - Os Agrupamentos Europeus de Cooperação Transfronteiriça (AECT)

Fonte: EUROPEAN COMMISSION, 2007.

⁸ Exemplo desta lógica é a criação da primeira *macrorregião* da Península Ibérica, designada como *Sudoeste Europeu*, cujo primeiro passo foi dado a 17 de Setembro de 2010 com um memorando de entendimento, assinado em Valladolid, entre os representantes das três regiões do Noroeste Peninsular, o Governo da Galiza, o Governo da Castela e Leão e a CCRN de Portugal. O objectivo é apresentar candidatura aos fundos comunitários de 2014-2020 para a concretização de tal macrorregião cuja apresentação formal está marcada para dezembro de 2010 na Cimeira Ibérica de Elvas (GOMES, 2010).

⁹ O referendo de 1998 à Regionalização que resultou na sua recusa.

O modelo da Intermediação Sócio-Cultural

Se a grande mudança de um modelo da Metrópole para um modelo da Metropolização foi o da transição de uma perspectiva sobre a forma, a infraestrutura ou o *hardware* da globalização, passando de um modelo hierárquico de análise e intervenção para um modelo de redes, a grande mudança de um modelo da Metrópole e da Metropolização para um modelo de Intermediação Sócio-Cultural é, antes, relativa aos conteúdos, aos factores globalizantes, ao *software* da globalização, passando de uma focalização analítica e interventiva material e económica para uma focalização social, cultural e criativa, mormente imaterial. Se o modelo hierárquico levava a uma impotência, ainda que analisada de forma crítica, o modelo da rede constituiu-se, muitas vezes, como uma forma sem conteúdo. O modelo da Intermediação Sócio-Cultural constituiu-se, em parte, como resposta a tais constrangimentos.

Em 1997, no livro cujo título é paradigmático, *Cidade, cultura e globalização*, Carlos Fortuna propõe o conceito de *destraditionalização*. Paul Heelas, Scott Lash e Paul Morris (1996, p. 2) consagraram um livro a tal conceito. Paul Heelas, na introdução, define assim o conceito:

As a working definition detraditionalization involves a shift of authority: from 'without' to 'within'. It entails the decline of the belief in the pre-given or natural orders of the things. Individual subjects are themselves called upon to exercise authority in the face of the disorder and contingency which is thereby generated. 'Voice' is displaced from established sources come to rest with the self.

Heelas refere duas formas de teorizar acerca da destraditionalização: a tese radical (*radical thesis*) e a tese da coexistência (*the coexistence thesis*). A tese radical sustenta a ideia de uma quebra com a tradição e um declínio desta face à modernidade triunfante; a tese da coexistência “sees detraditionalization taking its place along-side or together with,

tradition-maintenance, re-traditionalization and the construction of new traditions.” (HEELAS, 1996, p. 2). É sobre exemplos relativos a esta tese da coexistência que o livro de Heelas, Lash e Morris (1996) se focaliza. A proposta de Carlos Fortuna de utilização do conceito de destraditionalização é também compreensível no quadro desta definição. Raciocinando já numa lógica de fluxos, Fortuna apresenta a possibilidade de globalizar a partir de baixo, utilizando a cultura, e especificamente o património, ou seja, a representação presente do passado, como factor de produção. Fortuna opõe uma globalização material (económica) mais tendencialmente hierárquica a “outras possibilidades, nomeadamente de ordem cultural, que podem ‘globalizar’ a cidade e torná-la dinâmica” (FORTUNA, 1997b, p. 15). Distinguindo dois tipos de relações Local-Global – a) Globalização Passiva: ausência de recursos ou da sua potenciação e inclusão passiva na globalização, e b) Redinamização Global: utilização de recursos locais potencialmente globalizantes¹⁰ –, Fortuna considera que a Redinamização Global pode ser levada a cabo por: a) globalização parcelar ou subglobalização ou b) globalização temporária. A destraditionalização define-se como um processo de redinamização global pelo potenciar dos aspectos inovadores da tradição e pela rejeição dos aspectos atávicos desta. Este conceito é utilizado por Fortuna para descrever alguns dos processos de patrimonialização e de classificação como o Património Comum da Humanidade (“Património Mundial”) em curso, centrando-se no caso de estudo de Évora,¹¹ e atribui um valor positivo a tais processos de globalização de baixo para cima. Aliás, mais recentemente, Fortuna insistia na sua tese, num artigo sobre a recomposição do Centro Histórico de Coimbra, agora num tom mais pedagógico e político do que analítico: “Noutra ocasião e noutra lugar, atrevi-me a caracterizar esta situação como tratando-se de um esforço de destraditionalização da tradição (FORTUNA, 2001, p. 231-257).¹² Mantive-me fiel à ideia. Temos que saber modernizar a história e a memória dos lugares, sem as caracterizar, mas mobilizando-as para o projecto de

¹⁰ A Globalização Passiva e a Redinamização Global são, de certo modo, sinónimos de Localismos Globalizados e de Globalismos Localizados, conceitos propostos por Boaventura de Sousa Santos (2001), incluídos na globalização hegemónica e à qual opõe a globalização contra hegemónica (Património Comum da Humanidade e Cosmopolitismo).

¹¹ O Centro Histórico de Évora tornou-se Património Mundial da Unesco em 1986.

¹² Refere-se a uma edição da obra *Cidade, Cultura e Globalização* (FORTUNA, 1997a).

renovação urbano-cultural das cidades e dos seus velhos centros” (FORTUNA, 2006, p. 12). A questão da destradicionalização foi abordada, de forma mais problematizada ou não, por diversos autores. Carlos Fortuna e Paulo Peixoto (2002) problematizam a relação entre destradicionalização e cidades médias e Claudino Ferreira (2002a) refere o caso da Expo’98 e a mudança processada face à primeira proposta pela comissão das Comemorações dos Descobrimentos para celebrar a chegada à Índia de Vasco da Gama em função de um ‘Mercado do Oriente’ em Lisboa, a qual foi substituída pelo conceito “Os oceanos, um património para o futuro”, título com o qual a candidatura foi submetida ao BIE (FERREIRA, 2002a, p. 289), revelando o típico processo de destradicionalização (ainda que não referido) descrito por Fortuna.

Vários outros autores centraram-se, especificamente, no que podemos chamar *reconfigurações discursivas*, ou seja, no uso de *estratégias discursivas* ou *narrativas*, factor fundamental de facto em toda a gestão imaterial da relação entre cidade, cultura e globalização, capaz de reconfigurações ou *reconversões* territoriais (figuras, lugares, paisagens) e urbanas (centros históricos, áreas metropolitanas) que inventam tradições e novas comunidades imaginárias, enfim, novas identidades, normalmente função de um consumo turístico que se tem como expectativa. Referindo apenas alguns autores, um para cada escala, Luís Vicente Baptista (1999) analisou a reconfiguração positiva do imaginário *saloió*¹³ na relação entre cultura, política do património e turismo, Paula Mota Santos (2005) analisou as ‘narrativas’ que possibilitam compreender a (re) configuração identitária do Centro histórico do Porto e Filomena Silvano (2003) analisou as estratégias discursivas relacionadas com o património na área metropolitana de Lisboa. Todas estas estratégias discursivas, criadas por determinados intermediários culturais, implicam revelações e ocultações específicas, as quais em vários casos evidenciam verdadeiras inversões diante de identidades territoriais e urbanas anteriores. Um dos aspectos mais importantes destas análises é que as próprias narrativas científicas (históricas, sociológicas, etc) passam a ser elementos essenciais de todo o processo de reconfiguração urbana e territorial.

Se o passado, por reconfiguração discursiva e/ou por destradicionalização, foi o material sobre o qual se trabalhou o urbanismo e o território, desde o fim dos anos 80 e durante a década de 90, em função de um contexto global, o *presente-e-futuro* era, em última análise, o alvo. Os grandes eventos do fim da década de 90 e início da década de 2000 em Portugal (Expo’98 e Euro 2004) constituíram, como refere António Ferreira (2007, p. 170), “Oportunidades Mobilizadoras”, ou seja “a realização de grandes eventos (eventos ‘marcantes’) constitui – quando devidamente programada e integrada numa estratégia ambiciosa – uma oportunidade para desencadear profundas transformações nas cidades e nos sistemas territoriais”. É neste quadro que nos parece pertinente a pesquisa de Claudino Ferreira (2002a, 2002b) que se focaliza na *formação cultural* da Expo’98. Para o autor a “formação cultural” resulta num “modelo culturalmente híbrido” (FERREIRA, 2002a, p. 294) que conjuga “três modalidades distintas de acção e de organização cultural”: a que se reporta aos “fluxos globais hegemónizados”, a das “obras e dos produtores que integram os circuitos internacionais da arte e da cultura” e, finalmente, os “produtores culturais que operam habitualmente às escalas local e nacional” (FERREIRA, 2002a, p. 305-306). O que nos interessa aqui, especificamente, é que a formação cultural dos grandes eventos tem resultados arquitectónicos, urbanísticos e territoriais que propomos aqui conceber como um *urbanismo por formação*. Ao invés da destradicionalização, o urbanismo por formação é uma intervenção, tipicamente arquitectónica ou/e urbanística, que não necessita de um qualquer passado/património de base local, utilizando antes um presente-futuro associado a um qualquer movimento global, mobilizador de imaginários, para o desencadear de uma produção arquitectónico-urbanística para o consumo local de âmbito potencialmente global. O caso da Expo/Parque das Nações é, em Portugal, o exemplo por excelência e, a uma escala completamente diferente, a Casa da Música no Porto.¹⁴

A destradicionalização, o urbanismo por formação e as suas inerentes estratégias discursivas

¹³ ‘Saloió’ é um estereótipo que categoriza os habitantes dos arredores de Lisboa.

¹⁴ O caso da Casa da Música a este nível é interessante porque ao ter sido construída num centro de recolha de eléctricos implicou a recusa de um passado com potencial investimento de destradicionalização por reconfiguração discursiva, tendo-se preferido um urbanismo por formação.

associadas a uma cidade de eventos ou/e de estruturas em que processos globais servem à (re)construção urbana local (Património Mundial em Évora, Porto, Guimarães; capitais da cultura; Expo'98; Euro 2004; etc) o que denotam é que a cidade se constrói cada vez mais em função de intermediações e intermediários culturais. Uma clarificação conceptual da intermediação cultural e de intermediários culturais é feita por Claudino Ferreira (2009). O autor remete a principal origem conceptual destes últimos para a definição dada por Bourdieu na obra *A Distinção*, associada a profissionais que estabeleciam o quadro da recepção dos 'gostos' pela pequena burguesia em ascensão e propõe Intermediação Cultural, de forma geral, como as funções que medeiam entre a produção e a recepção de cultura (FERREIRA, 2009, p. 323-324). Uma proposta de análise da intermediação cultural relacionada com o urbanismo tinha já sido sistematizada conceptualmente por Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2001, p. 419). Fortuna e Silva chamam "redesenvolvimento das cidades" ao facto de que

em redor da cultura e de algumas das suas expressões materiais nas cidades [...] estamos a assistir à criação de novas centralidades urbanas, com renovadas funções [...], associadas a novas modalidades de comunicação e ao surgimento de novos agentes culturais especializados e novos campos de acção de que está a resultar uma profunda reconfiguração física e também estética e simbólica da cena urbana portuguesa e, em particular, dos seus espaços públicos.

Este redesenvolvimento das cidades faz-se em função de zonas de intermediação e de intermediários culturais que possibilitam "os reajustamentos sociais e culturais decorrentes da globalização e actuantes sobre os modos de organização da cultura urbana e a relação entre espaços públicos e privados" (FORTUNA; SILVA, 2001, p. 436). Fortuna e Silva identificam quatro zonas de intermediação: terceiras culturas, relações sociais de estranhamento e tolerância, domesticidade e práticas sócio-culturais e espaço social de proximidade relacional. Trata-se, de certo modo, de uma estratégia de categorização em função de tipos de relações e de espaços e em que o macro e o micro se inter-relacionam de formas diferenciadas.

Assim, e abrindo já ao modelo seguinte, enquanto que os modelos anteriores procuravam gerir o espaço em função de recursos existentes, a mudança para a cultura como factor de produção do espaço possibilita que se considere a criatividade como relevante. Enquanto num primeiro momento a cultura, entendida como factor de produção, implicava sempre uma objectificação arquitectónica ou/e urbanística (mesmo assim evidenciando-se sempre a tensão entre patrimonialização e criação arquitectónico-urbanística), num segundo momento, o caminho da Intermediação Sócio-Cultural tende mais facilmente a objectificar-se no imaterial, passe o paradoxo, e na criatividade.

O modelo da criatividade urbana

A passagem de um modelo de Intermediação Sócio-Cultural (e seus profissionais) para a criatividade não é menosprezável ideologicamente e o atraso na sua recepção em Portugal também não o é. A focalização na criatividade, apesar de alguma continuidade, evidencia um corte com a Intermediação Sócio-Cultural. Não se trata já de intermediar entre um qualquer movimento global e a (re)construção local mas antes de potenciar a criatividade local que, em rede, poderá – em alguns casos – atingir âmbitos cada vez mais abrangentes.

O projecto de investigação CreatCity (2007-2010), coordenado por João Seixas e que compara a criatividade urbana em três áreas metropolitanas (Lisboa, Barcelona e São Paulo), vai estabelecendo relações entre 'vitalidade', 'competitividade' e 'criatividade' como conceitos fundamentais na emergência de 'lugares da criatividade urbana' ou 'espaços e processos da criatividade urbana', procurando atingir tipologias (SEIXAS; COSTA, 2009). Identificam-se 'bairros criativos'; 'espaços alternativos emergentes'; 'territórios e instituições sócio-culturais e de conhecimento'; 'investimentos urbanos de larga escala'; 'projectos sociais culturais de génese local' e 'classes sociais e/ou profissionais' (COSTA; SEIXAS; OLIVEIRA, 2009). Outras referências à cidade criativa e à relação entre cultura, arte e cidade têm surgido nos últimos anos (ANDRADE, 2008; MARTINS, 2009; MILES et al., 2010). Assim, basicamente nos últimos anos, começa a haver uma consciência em torno da criatividade e das chamadas ICC, *indústrias*

culturais e criativas, e que leva, por um lado, à focalização no presente, pela gestão das indústrias culturais existentes e, por outro, uma focalização no futuro, pelo investimento em centros (*hubs, clusters*) de criatividade. De facto, a pergunta cada vez mais pertinente é: que futuro é possível imaginar e que futuro imaginável é possível?

Este novo modelo de desenvolvimento urbano, centrado na criatividade tende a ser relacionado com conceitos como os de *nova economia, cidades criativas, classe criativa* etc, os quais desde fins da década de 90 têm feito o seu caminho, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. Apesar do conceito de cidade criativa ter sido, em princípio, criado por Charles Landry e Franco Bianchini (1995), tais ideias vinham sendo desenvolvidas já anteriormente. Gunnar Tornqvist, em 1983, desenvolveu a noção de *creative milieu*, caracterizando-o por quatro aspectos: informação transmitida entre pessoas; conhecimento (baseado, em parte, no acumular de informação); competência em certas actividades relevantes; e criatividade (a criação de algo novo como produto das três actividades anteriores) (LANDRY, 2008, p. 133). Para além disso, a grande questão da relação entre a cultura mercadoria e espectáculo (criador do situacionismo passivo), por um lado, e, por outro, as “pessoas vivas”, capazes de “construir situações” num urbanismo unitário propiciador da “criação global da existência” no qual “os urbanistas do século XX deverão construir aventuras”, é uma questão colocada em 1957 pelos situacionistas, a partir de Guy Debord (HENRIQUES, 1997, p. 23-33, 51-56). Por sua vez, esta posição artístico-social pragmática dos situacionistas remete para o conceito de *indústria cultural* criado por Adorno e Horkheimer, da Escola de Frankfurt, em 1947, na Dialéctica do Esclarecimento e em que a cultura, pela via da industrialização passava a ter que ser encarada como mercadoria. Por outro lado, o conceito de *acunpultura urbana* de Jaime Lerner, utilizado desde 1971 na cidade brasileira de Curitiba, considerando que “a cidade é um sonho colectivo” (LERNER, 2004), é um exemplo prático de planeamento cultural e de cidade criativa.

O modelo da criatividade é, em Portugal, ainda um modelo em emergência que se vai evidenciando, quer ao nível da sociedade civil, quer nas políticas

públicas a vários níveis, quer nas análises das ciências sociais. As *zonas de intermediação* e os *intermediários culturais* acabam por relacionar-se directamente com a noção de criatividade urbana. Os processos de intervenção urbana que seguiram o modelo da Intermediação Sócio-Cultural, como no caso do Porto, capital europeia da cultura (2001), acabaram por desencadear processos na sociedade civil que deram origem ao que se pode definir como centros cosmopolitas de cultura urbana (Maus Hábitos e Contagiarte), lugares de hibridismo na distribuição e recepção de cultura, criando novas zonas de intermediação nas cidades e, especificamente, de criatividade urbana. Por outro lado, uma situação de crise imobiliária, criando uma infraestrutura disponível, associada à disponibilidade de artistas e produtores culturais em sentido lato se reunirem em rede,¹⁵ terão sido factores importantes para a emergência em Lisboa da LxFactory, talvez o maior exemplo português de um cluster de criatividade. Outros exemplos relativos à sociedade civil são pertinentes, como seja o novo movimento de nomadismo estudantil internacional, criando todos os anos *cidades erasmus* com um público contínuo de mais de mil jovens na cidade do Porto e mais de 2 mil na cidade de Lisboa. Ao mesmo tempo surgiram organizações da sociedade civil centradas na relação entre criatividade e cidade, como sejam a ADDICT (no Porto) ou a Inteli e a Induscria (em Lisboa).

Ao nível das políticas públicas temos quer posições da União Europeia, quer posições desenvolvidas em âmbito governamental, de várias formas. A Estratégia de Lisboa (2000), implicando um desenvolvimento económico da Europa centrado na Sociedade Digital, não teve o sucesso previsto. É nesse quadro que começa a identificar-se a necessidade de agregar as ICC (*indústrias culturais e criativas*) a tal modelo de desenvolvimento. Tal consciência, no entanto, parece ter sido mais evidente e rápida em Inglaterra (DCMS, 1998), pois o documento da União Europeia no sentido de tal inflexão data de 2006 (EUROPEAN COMMISSION, 2006). Outros momentos charneira em âmbito internacional foram a criação da The Creative Cities Network, lançada em 2004 pela Global Alliance for Cultural Diversity, uma organização da Unesco e, em 2008, a apresentação, pela UNCTAD, de um relatório sobre a importância das indústrias culturais e criativas. Em julho de 2008, numa parceria

¹⁵ Interpretação da comunicação efectuada por Leonel Moura no encontro BragaCreative em junho de 2010, em Braga.

público-privada, é apresentado o “Estudo macroeconómico: desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas na região do Norte”, e em março de 2010 é apresentado o relatório (encomendado pelo Ministério da Cultura/GPEAR) de Augusto Mateus, “O sector cultural e criativo em Portugal”. Em âmbito municipal, foram emergindo e caracterizando-se ‘Bairros criativos’, quer em Lisboa (Bairro Alto e Bica-Chiado) quer no Porto (eixo das ruas Miguel Bombarda e Rosário por um lado e galerias Paris e Cândido dos Reis por outro). O município de Braga, por meio da Inteli, desenvolveu o primeiro estudo português de potencial criativo de uma cidade, apresentado em junho de 2010. No território português, como um todo, dois exemplos são de referência, o de Óbidos e o de Paredes. Óbidos é já um caso de estudo europeu ao apostar na criatividade e ao coordenar a rede Creative Clusters in Low Density Urban Areas (2011). Desde 2002 que Óbidos tem implementado uma estratégia de desenvolvimento baseada no turismo, cultura e economia procurando transformar Óbidos numa escolha para viver, trabalhar e divertir-se em âmbito nacional e internacional. Paredes lançou, com o apoio da Inteli, em maio de 2010 um concurso para um programa de acção “Paredes: Cidade Criativa para o Design de Mobiliário – Design Hub”. Esta estratégia desenvolve-se numa relação directa com a criatividade urbana, como está, aliás, referido no site:

Criatividade urbana – regeneração urbana: o design como âncora do desenvolvimento urbano, reflectindo-se em toda a estratégia de regeneração urbana da cidade, por meio da inclusão de elementos criativos nos espaços, lugares e edificado de Paredes. Assim como o design urbano como suporte à captação de talentos e empresas criativas, induzindo um ambiente vibrante e diversificado na cidade (PAREDES CIDADE CRIATIVA, 2011, grifo do autor).

É provável que a criatividade urbana esteja na base de ‘inflexões urbanas’, na acepção de Duarte e Ultramar (2009), ou seja, tipicamente “mudanças bruscas e ostensivas, e ocorrem em curto intervalo temporal (e por isso mesmo visíveis), ao contrário

de mudanças cumulativas, portanto pouco perceptíveis, de ocorrência em períodos mais longos” ou “sobreposição de pequenas intervenções, atreladas a um projeto maior, mas que não se revela em uma única intervenção, mas sim pelo acúmulo gradual de projetos menores”.

Segundo Duarte e Ultramar (2009) estas inflexões estabelecem, inequivocamente, a diferença entre dois momentos na história de uma cidade. Ora, a cultura de mudança, associada à criatividade urbana, que se vai instituindo em algumas cidades portuguesas pode bem constituir-se como o desencadear de inflexões urbanas.¹⁶

Vai-se, assim, constituindo um novo modelo de desenvolvimento territorial e urbano, assim como de análise urbana. Se a transição de um modelo da Metrópole para um modelo da Metropolização revelou a abertura multisituada em termos de análise e se a transição para o modelo da Intermediação revelou uma abertura do análise e intervenção urbana e territorial às áreas sócio-culturais, na transição para o modelo da Criatividade um dos aspectos a ter em conta é que a análise neste caso parece estar a ser feita para além das universidades, em função de parcerias na sociedade civil ou entre a sociedade civil e os municípios.

Conclusão

As relações locais-globais tiveram duas grandes inflexões, uma relativa à infra-estrutura, contexto, conexões ou hardware que determinam tais relações e outra relativa às práticas, conteúdos, gatilhos ou software em que essas relações se dão. De forma breve e simplista por um lado passou-se de uma perspectiva hierárquica para uma perspectiva de redes e até de fluxos; por outro lado passou-se de uma perspectiva económica, de escala e materialista para uma perspectiva sócio-cultural e, finalmente, para uma de criatividade (Gráfico 1).

Este texto apresentou quatro modelos que serviram nos últimos 25 anos, em Portugal, à análise e intervenção urbanas e territoriais no novo quadro criado pela globalização. O modelo da Metrópole, ao afirmar de forma clara que o país se divide entre

¹⁶ É esta hipótese que está em desenvolvimento num projecto de investigação de colegas portuguesas (Paulo Castro Seixas e Luís Pinto de Faria) com colegas brasileiros (Fábio Duarte e Clovis Ultramar).

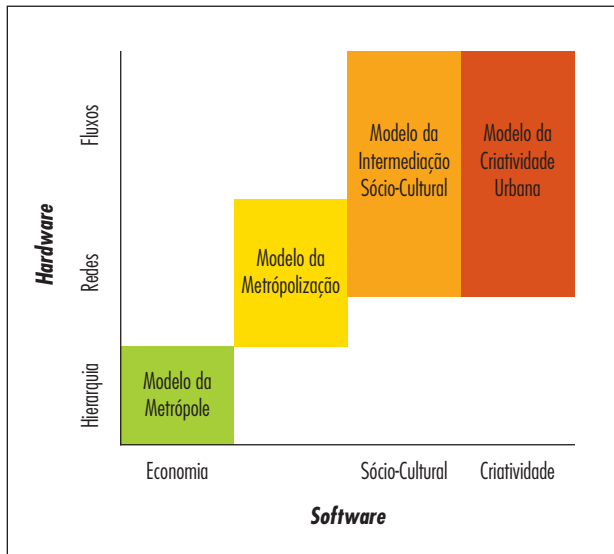


Gráfico 1 - Hardware e software do desenvolvimento urbano e territorial
Fonte: Dados da pesquisa.

cidade *metrópole* e *primacial* e uma *urbanização difusa*, é o reflexo científico da afirmação de senso comum dita tantas vezes de forma crítica: “Portugal é Lisboa, o resto é paisagem”. Neste modelo, a relação do sistema urbano português com a globalização passa por três momentos: um pós-colonial, um que remete para o *sistema mundo* e um último que remete para *redes*. Os textos de Matias Ferreira (do fim dos anos 80, dez anos depois da descolonização) e textos ainda da década de 90 sobre Lisboa têm uma referência iminentemente pós-colonial. Lisboa é analisada no seu importante papel, havendo mesmo uma ‘monumentalização’ da capital, privilegiando-se análises histórico-demográficas, como que justificando a sua importância e primacialidade presente, e tal não deixa de se poder analisar como uma forma de fazer o luto do Império. Quanto à referência ao sistema mundo e à lógica centro-periferia, ela surge com o texto de António Gama em 1993, enquanto que o de João Ferrão, de 1997, nos remete já para a complexificação de tal lógica ao propor a relação entre a hierarquia funcional e as redes.

Quanto ao modelo da Metropolização, a relação entre urbanismo e globalização seguiu aqui, basicamente, três caminhos. Um primeiro caminho (SEIXAS, 1999) identifica a *metropolização* (rede de cidades em rede com uma nova infraestrutura, novos tipos de relações sociais e novas ideologias) como a nova forma urbana característica da globalização, significando tal

que a *região urbana* é um modelo transnacional pós-industrial e pós-moderno tal qual a cidade foi um modelo industrial e moderno. Um segundo caminho (FERRÃO et al., 2002; FAUP, 2002) foi o de tentar encontrar os indicadores que possam caracterizar territorialmente e sociologicamente a região urbana face à mera demografia administrativista caracterizadora das áreas metropolitanas. Um terceiro caminho foi o de olhar o *desenvolvimento local* (Portela, Gerry, Silva) e os AECT (Medeiros) e relacioná-los com a rede urbana e territorial interna e externa. O modelo da Metropolização possibilitou uma sobreposição do modelo hierárquico com o modelo de redes, levando ao começo da saída de uma certa impotência que o modelo hierárquico centro-periferia tinha criado. Vários dos textos que incorporam este modelo, e porventura muitas das intervenções realizadas (por exemplo geminações de cidades, inclusão em redes, criação de regiões europeias, etc) constituem-se, em si mesmos, como uma procura, como a tentativa de perspectivar os possíveis *bypass* (de desvios ou caminhos secundários) entre o local e o global na expectativa de identificação e criação de novos nichos de mercado... e novas formas de vida. O próprio PNPOT, Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território, é devedor desta nova perspectiva.

O modelo da Intermediação Sócio-Cultural sustenta-se em fluxos locais e na sua intermediação num quadro de hierarquias e redes. Enquanto modelo de análise, desenvolveu-se desde o fim da década de 90, ainda que as políticas públicas, especificamente de patrimonialização (os centros históricos de Angra do Heroísmo e de Évora tornaram-se ‘património mundial’ nos anos 80 e a candidatura do centro histórico do Porto inicia-se em 1993), parecem ter neste caso antecedido o próprio modelo de análise. Este modelo tem um primeiro momento com o conceito de ‘destraditionalização’ (FORTUNA, 1997a) e, num segundo momento, centra-se na ‘formação cultural’ (FERREIRA; 2002a, b) urbanística, seja arquitectónica, seja discursiva. As intervenções nos centros históricos revelam basicamente a objectificação da cultura pela arquitectura, ainda que sustentada por estratégias discursivas coconstrutoras da destraditionalização. Já as grandes intervenções do fim dos anos 90 e início da década de 2000 (Expo’98 e Porto Capital da Cultura, especificamente a Casa da Música) são exemplos de políticas que evidenciam este modelo mas, especificamente, em função de um urbanismo por formação.

Finalmente, quanto ao modelo da Criatividade, de certo modo a Criatividade está para a Intermediação Sócio-Cultural como as redes na Metropolização se propunham como alternativa face à hierarquia no modelo da MetrÓpole. A identificação de uma determinada 'ecologia criativa' fortemente articulada e uma cultura de mudança pode possibilitar a escala necessária para possibilitar uma oportunidade mobilizadora capaz de desencadear processos de intermediação sócio-cultural local-global. As políticas públicas, desencadeadas basicamente em âmbito municipal (Porto, Óbidos, Braga, Paredes), evidenciam o diagnóstico e implementação de tais processos. Sendo um processo serendipitista, contingencial e que é função de *hubs* (emergências criativas) e das suas ecologias, a governância de tais processos é, sem dúvida, um dos aspectos fundamentais e a construção do modelo tem seguido tal preocupação (SEIXAS; COSTA, 2009).

Uma visão global dos quatro modelos enunciados ao longo deste texto é apresentada no Quadro 1. No entanto tal quadro, elaborado de forma a possibilitar uma síntese científica com intuítos pedagógicos, não deve ser entendido de forma simplista segundo uma lógica gradual em que cada modelo substitui o anterior, quer como perspectiva analítica, quer como modelo de intervenção. De facto, o que antes parece poder dizer-se é que os quatro modelos coexistem e sobrepõem-se, sendo que os dois modelos mais recentes vieram complexificar e tornar mais possibilistas as relações locais-globais. Por exemplo, a potenciação do modelo da rede pode levar a que esta adquira uma escala que, para além dos nichos de mercado, ponha mesmo em causa a hierarquia do modelo centro-periferia. Um outro exemplo, talvez mais difícil para já de visualizar, é que a cultura ao projectar-se na economia, e constituir uma economia das imaterialidades regional e global, pode implicar mudanças na própria cultura da economia, ou seja na infraestrutura material e económica e no mundo capitalista segundo o qual regulamos a nossa existência.

De qualquer forma, os quatro modelos apresentados coexistem e criam formações de desenvolvimento espacial e urbanístico complexas. É provável que se possam identificar campos e, porventura, graus de desenvolvimento destes (económico, social, simbólico) que se adequam mais a um tipo de modelo do que a outro. O capital económico e, em

particular, as grandes infraestruturas, porventura, reflectem-se mais num sistema centro-periferia. No entanto, outras infraestruturas (transportes/telecomunicações) constituem o próprio sistema de redes que vai alterando a relação centro-periferia. Já o capital social desenvolveu-se mesmo em função da sobreposição de lógicas de centro-periferia e redes. No entanto, o capital simbólico gerido em tais processos implica fluxos apropriados e (re)distribuídos segundo lógicas próprias que alteram as relações territoriais e sociais prévias. Qualquer fotografia territorial é, assim, tão só a consciência possível de um movimento.

Tendo em conta o que foi dito, as políticas públicas devem articular um sistema coerente de formações de desenvolvimento espacial. Ou seja, todos os sistemas urbanos devem-se constituir em função de uma coerente relação entre criatividade, metropolização e intermediação sócio-cultural (Figura 3). Esta é uma forma de articular uma sociedade civil criativa (*hubs* e *clusters* de criatividade) numa malha urbanístico-espacial alargada e relacionada com centros de intermediação sócio-cultural que possibilitem a articulação a níveis hierárquicos mais elevados. No caso português, o sistema parece incluir um único sistema urbano, a Área Metropolitana de Lisboa, com os quatro níveis discutidos neste texto (MetrÓpole, Intermediação Sócio-Cultural, Metropolização e Criatividade Urbana), constituindo este sis-

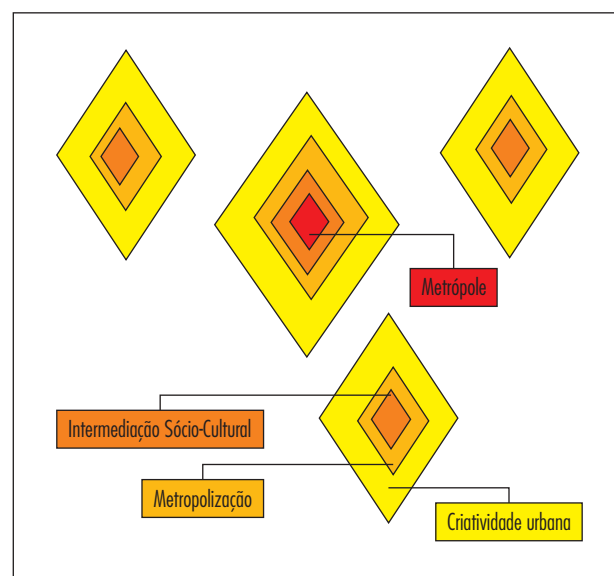


Figura 3 - Sistema articulado de formações de desenvolvimento espacial
Fonte: Dados da pesquisa.

tema urbano o centro orbital dos demais ainda que, sempre, com alguma competição-cooperação com o segundo sistema urbano, o da Área Metropolitana do Porto. Tal implica, no que diz respeito a políticas públicas, tendencialmente, que a cooperação seja maior do que a competição, pelo menos a alguns níveis – governância do sistema como um todo e circuito terciário e quaternário –, de forma a que a articulação Lisboa-Porto possa ser uma mais-valia na competição em ordens hierárquicas superiores (europeia e mundial). Ou seja, o sistema orbital que caracteriza uma articulação que se pretende coerente entre as diversas formações espaciais que incluem, em desenhos específicos, os quatro modelos abordados, funciona em função da relação entre os diversos circuitos de capital: o circuito primário, industrial, o circuito secundário, imobiliário (caracterizados por Marx e Lefebvre), o circuito terciário, de formação (caracterizado por Harvey) e o circuito quaternário ou a produção do sistema de necessidades (caracterizado por Braudillard) (Figura 4). Assim, as políticas públicas devem articular o mais possível tais circuitos, tendo em conta que a governância do sistema requer atenção específica ao sistema terciário e ao sistema quaternário e à sua forte interdependência.

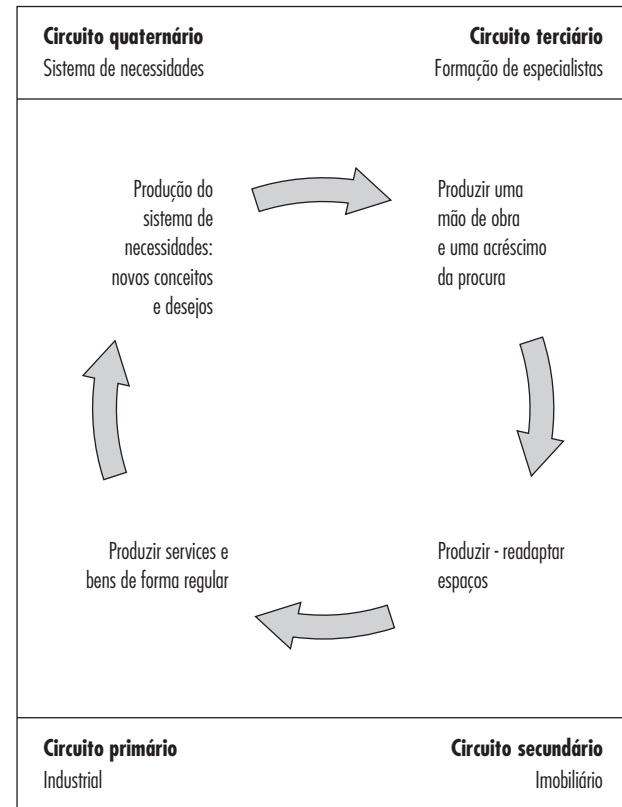


Figura 4 - Relação entre os diversos circuitos de capital

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 3 - Síntese dos modelos analíticos e de desenvolvimento territorial em Portugal

(Continua)

	Modelo da Metrópole	Modelo da Metropolização	Modelo da Intermediação Sócio-Cultural	Modelo da Criatividade Urbana
Concepção antropológica	Homo económico Capital económico	Homo político Capital social	Homo comunicante Capital social e capital simbólico	Homo criativo Capital de oportunidade
Principais variáveis	Demográficas e económicas	Administrativo-sócio-políticas	Sócio-culturais	Criatividade
Circuitos de Capital	Primário - secundário	Secundário - terciário	Terciário - quaternário	Terciário - quaternário
Sector da economia	Secundário/terciário	Terciário	Terciário - quaternário	Quaternário como activador
Estrutura	Hierárquica Centro-periferia	Redes Parcerias/contractualização	Fluxos Parcerias/contractualização	Redes e fluxos
Processo de mudança	Por mudança histórica/Lento - dependente de revoluções	Por parcerias; criação-inserção nas redes/conjuntural - politicamente dependente	Por movimentos globais - politicamente dependente	Por saltos - dependente de uma cultura de mudança
Âmbito	Cidade/urbano	Metropolitano/região urbana/região transfronteiriça	Programático/Plano Arquitectónico ou Urbanístico	Contingencial multi-escala
Principais conceitos	Metrópole; cidade primacial; urbanismo difuso; polarização limite	Metropolização; cidade difusa; região urbana; redes; desenvolvimento local	Destradicionalização; urbanismo por formatação; reconfiguração discursiva; zonas de intermediação sócio-cultural; redensolvimento urbano	Criatividade urbana; lugares de criatividade; espaços e processos de criatividade

Quadro 3 - Síntese dos modelos analíticos e de desenvolvimento territorial em Portugal

(Conclusão)

	Modelo da Metrópole	Modelo da Metropolização	Modelo da Intermediação Sócio-Cultural	Modelo da Criatividade Urbana
Interações Locais-Globais	Restritas e dependentes	Múltiplas mas selectivas	Múltiplas mas selectivas	serendipitistas
Factores de benchmarking	Vantagens comparativas na escala e relação capital-trabalho	Potenciação em escala de recursos da região como rede. Identificação de nichos glocais	Potenciação em escala de recursos culturais (Património). Identificação de nichos glocais	Projeção glocal de capabilities. invenções culturais, científicas, tecnológicas ou/e artísticas
Caracterização do território e geometrias	Cidade central Eixos	Região cognitiva Malhas	Arquitectura/urbanismo de autor; arquitectura/urbanismo de referência Pontos/áreas	Ecologias criativas Pontos/áreas
Actores	Institucionais (Estado) e empresas multinacionais	Parcerias publico-privadas	Parcerias publico-privadas; profissionais das terceiras culturas; criativos	Classe criativa; criativos; cidadãos associados

Fonte: Dados da pesquisa.

Referências

ANDRADE, P. Cidadania cultural e literacia artística: laze- res e saberes em museus e cibermuseus da cidade criativa. **Revista de Comunicação**, n. 14, p. 51-62, 2008.

BAPTISTA, L. V. Dominação demográfica no contexto do século xx português: Lisboa, a capital. **Sociologia Problemas e Práticas**, Braga, n. 15, p. 53-77, 1994.

BAPTISTA, L. V. Território e cultura saloia: a construção de (uma) identidade local. **OBS**, Lisboa, n. 6, p. 11-16, 1999.

BRITO, R. S. Painel Áreas Metropolitanas: funções e organi- zação. In: COLÓQUIO 'A POLÍTICA DAS CIDADES', 1., 1997, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Conselho Económico e Social, 1997. p. 191-230.

COSTA, P.; SEIXAS, J.; OLIVEIRA, A. R. Das cidades criati- vas à criatividade urbana? Espaço, criatividade e gover- nança na cidade contemporânea. In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1., 2009, Cabo Verde. **Comunicação...** Cabo Verde: Congresso de De- senvolvimento Regional de Cabo Verde, 2009.

CREATIVE CLUSTERS IN LOW DENSITY URBAN AREAS. **From creative industries to the creative place**. Dis- ponível em: <<http://urbact.eu/en/projects/innovation-creativity/creative-clusters/homepage/>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

DEPARTMENT FOR CULTURE, MEDIA AND SPORT (DCMS). **Creative Industries Task Force Document 1998 - 2001**. United Kingdom: DCMS, 1998.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – DGOTDU. **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. Relatório e Plano de Acção (PNPOT)**. Lisboa: DGOTDU, 2007.

DUARTE, F.; ULTRAMARI, C. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagat, 2009.

EUROPEAN COMMISSION. **The economy of culture in Europe**. Cidade: European Commission, 2006.

EUROPEAN COMMISSION. **Espanha - Portugal: Cross- border co-operation programme**. 2007. Disponível em: <http://ec.europa.eu/regional_policy/atlas2007/spain/crossborder/es02_en.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO – FAUP. **Cidade difusa do noroeste peninsular**. Porto: [s.n.], 2002. v. 2. Trabalho não publicado.

FERRÃO, J. Rede urbana, instrumento de equidade, coe- são e desenvolvimento? Conselho Económico e Social. In: COLÓQUIO 'A POLÍTICA DAS CIDADES', 1., 1997, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Conselho Económico e Social, 1997. p. 21-58.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano. evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p. 45-54, 2000.

FERRÃO, J. Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo. In: PORTAS, N.; DOMINGUES, Á.; CABRAL, J. **Políticas urba- nas: tendências, estratégias e oportunidades**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p. 218-225.

- FERRÃO, J.; MARQUES, T. S. **Sistema Urbano Nacional**: síntese. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano, 2003.
- FERRÃO, J.; RODRIGUES, D.; VALA, F. **As regiões metropolitanas portuguesas no contexto ibérico**. Lisboa: DGOTDU; ICS, 2002.
- FERREIRA, C. Processos culturais e políticos de formatação de um mega-evento: do movimento das exposições internacionais à Expo'98 de Lisboa. In: FORTUNA, C.; SILVA, A. S. (Org.). **Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal**. Porto: Afrontamento, 2002a. cap. 6, p. 255-313.
- FERREIRA, C. Intermediação cultural e grandes eventos. notas para um programa de investigação sobre a difusão das culturas urbanas. **Oficina do CES**, n. 167, 2002b.
- FERREIRA, C. Intermediários culturais e cidade. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (Org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina; CES, 2009.
- FERREIRA, V. M. **A cidade de Lisboa**: de capital do Império a centro da Metrópole. 1986. 512 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Universidade Técnica de Lisboa, 1986a.
- FERREIRA, V. M. O processo de metropolização de Lisboa. Estruturação territorial e ordenamento urbano. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 1, p. 23-54, 1986b. Disponível em: <<http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/948>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- FERREIRA, V. M. Problematização e pedagogia do território. Quatro percursos para uma problematização do território. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 212, p. 109-121, 1992.
- FERREIRA, V. M. A Expo'98 e a Metrópole de Lisboa. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 24, p. 189-195, 1997.
- FORTUNA, C. Destradicionalização e imagem da cidade. In: FORTUNA, C. (Org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997a. p. 231-257.
- FORTUNA, C. Introdução. In: FORTUNA, C. (Org.). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 1997b. p. 1-28.
- FORTUNA, C. Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra. **Oficina do CES**, n. 254, 2006. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/254/254.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- FORTUNA, C. A internacionalização da Sociologia. Notas sobre a globalização e a disciplina sociológica. **Oficina do CES**, n. 274, 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/274/274.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- FORTUNA, C.; PEIXOTO, P. A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas. In: FORTUNA, C.; SILVA, A. S. (Org.). **Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal**. Porto: Afrontamento, 2002. cap. 1, p. 17-63.
- FORTUNA, C.; SILVA, A. S. A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Globalização. Fatalidade ou Utopia?** Porto: Afrontamento, 2001. cap. 11, p. 409-462.
- GAMA, A. Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Portugal**: um retrato singular. Porto: Afrontamento, 1993. p. 440-473.
- GASPAR, J. **Portugal**: os próximos 20 anos, ocupação e organização do espaço - retrospectiva e Tendências. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- GATO, M. A. B. **Viver no parque das nações**: espaços, consumos e identidades. 2009. 339 f. Tese (Doutoramento em Antropologia Cultural e Social) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.
- GOMES, M. Norte, Galiza e Castela e Leão criam “macro-região”. **Jornal Público**, Lisboa, ano 21, n. 7499, p. 28, 18 set. 2010.
- GERRY, C. O impacto da globalização no meio rural. Três conceitos chave. In: COLÓQUIO DE SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES/II COLÓQUIO DE SOCIOLOGIA SOBRE PORTUGAL: PRÉ/PÓS MODERNO E GLOBALIZAÇÃO, 6., 1999, Braga. **Anais...** Braga: Universidade do Minho, 1999.
- HEELAS, P. Introduction: detraditionalization and its rivals. In: HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Ed.). **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 1-20.
- HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Ed.). **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HENRIQUES, J. (Org.). **Internacional situacionista**: Antologia. Lisboa: Antígona, 1997.

- INDOVINA, F. La Città Diffusa. In: MARTIN RAMOS, Á. (Ed.). **Lo Urbano en 20 autores contemporáneos**. Barcelona: UPC, 1990. p. 49-59.
- LANDRY, C. **The creative city: a toolkit for urban innovators**. Uk and USA: Earthscan C2000, 2008.
- LANDRY, C.; BIANCHINI, F. **The creative city**. London: Demos, 1995.
- LERNER, J. **Acunputura urbana**. 2004. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-KhVoYnpAi0>>. Acesso em: 15 set. 2010.
- MARTINS, R. B. Lisbon: creative? In: REIS, A. C. F.; KAGEIAMA, P. (Org.). **Creative city perspectives**. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions, 2009. p. 71-76.
- MEDEIROS, E. (Re)defining the Euroregion concept. **European Planning Studies**, 2010. No prelo.
- MILES, M.; ANDRADE, P. de; CONDESSO, F. et al. **Arte pública e cidadania: novas leituras da cidade criativa**. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.
- PAREDES CIDADE CRIATIVA. **Visão estratégica**. Disponível em: <<http://www.paredescidadecriativa.eu/pt/go/visao-estrategica>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- PORTAS, N.; DOMINGUES, Á.; CABRAL, J. **Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**. Porto: Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- PORTELA, J. O local e o global: David frente e Golias? In: O GLOBAL E O LOCAL: AS EMPRESAS E A EDUCAÇÃO, JORNADAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2., 1998, Viana do Castelo. **Anais...** Viana do Castelo: Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo; Associação Industrial Portuguesa, 1998.
- PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 172/1999, 21 de setembro de 1999. Estabelece o regime jurídico comum das associações de municípios de direito público. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série, n. 221, p. 6526, 21 set. 1999. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleDiplomaAprovado.aspx?BID=2778>>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 10/2003, de 13 de maio de 2003. Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das áreas metropolitanas e o funcionamento dos seus órgãos. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série - A, n. 110, 13 maio 2003. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/Ministerios/MCOTA/Documents/Pages/20031513_MCOTA_Doc_Areas_Metropolitanas.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 11/2003, de 13 de maio de 2003. Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série - A, n. 110, 13 Maio 2003. Disponível em: <http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/LEI_011_2003.htm>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 45/2008 27, de agosto de 2008. Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, revogando as Leis n. 10/2003 e 11/2003, de 13 de maio. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série, n. 165, 27 ago. 2008. Disponível em: <http://www.3sector.net/uploads/files/20090820_125519_Lei_n_452008.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- PORTUGAL. Assembleia da Republica. Lei 46/2008, de agosto de 2008. Estabelece o Regime Jurídico das áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. **Diário da República**, Assembleia da Republica, I série, n. 165, p. 6012, 27 ago. 2008. Disponível em: <http://www.amp.pt/fotos/gca/lei_46_2008_1222246488.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- SANTOS, B. de S. Globalização: fatalidade ou utopia? In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001. p. 83-129.
- SANTOS, P. M. **Porto's Historic Centre and the Materiality of Belonging**. 2005. 250 f. Thesis (PhD em Anthropology) – University College London, London, 2005. Policopiado.
- SEIXAS, P. C. **Paradigmas socioespaciais e políticas da diferença**. Ilhas e novos condomínios na cidade do Porto: uma interpretação dialógica. 1999. 667 f. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1999.
- SEIXAS, P. C. **Entre Manchester e Los Angeles: ilhas e novos condomínios no Porto**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- SEIXAS, J.; COSTA, P. Das cidades criativas à criatividade urbana. Criatividade e governança na cidade contemporânea. In: CONFERÊNCIA APRESENTADA NO EVENTO PRÓXIMO FUTURO/NEXT FUTURE, 1., 2009, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

SILVA, Á. F. A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940). **Análise Social**, v. 32, n. 143/144, p. 779-814, 1997.

SILVA, M. C. Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica. notas para um debate. In: VIEGAS, J. L.; DIAS, E. C. (Org.). **Cidadania, integração, globalização**. Oeiras: Celta, 2000.

SILVANO, F. Cartografar um passado para uma identidade metropolitana. **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**, 2003. Disponível em: <http://www.aml.pt/webstatic/actividades/smig/atlas/_docs/atlas_11.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

UNIÃO EUROPEIA - UE. Regulamento (CE) n. 1082/2006, de 5 de Julho de 2006. Relativo ao agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT). **Jornal Oficial da União Européia**, Estrasburgo, p. 19-24, 31 julho 2006.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy - UNCTAD Report**. Switzerland: UNCTAD, 2008.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris, UNESCO, 2003.

VALENTE, S. **Áreas metropolitanas: vivências, mobilidades e qualidade de vida**. ISCTE, Relatório final. 2004. Disponível em: <<http://observa.iscte.pt/docs/relatorio%20AM.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010.

Recebido: 19/10/2010

Received: 10/19/2010

Aprovado: 08/04/2011

Approved: 04/08/2011